

# **MÉTODOS DE PESQUISA QUALITATIVA APLICADA AO DIREITO: UM ESTUDO CRÍTICO SOBRE A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

José Cláudio Rocha – UNEB  
Denise Abigail Britto Freitas Rocha – UNEB

## **Resumo**

O presente trabalho discute a aplicação da pesquisa qualitativa para estudos no campo do direito a partir da análise do projeto de pesquisa e iniciação científica *Acesso à Justiça e Poder Local: Um Estudo Crítico sobre a Legislação Municipal de Camaçari* realizado no período de agosto de 2009 a dezembro de 2010. O estudo com a participação de dois bolsistas de iniciação científica teve como foco um levantamento junto à câmara de vereadores e arquivo municipal da legislação municipal existente, principalmente, a legislação de interesse para o exercício da cidadania. Com base em uma metodologia fundada na pesquisa qualitativa de cunho etnográfico, no estudo ficou mais uma vez evidenciado o desconhecimento do cidadão de quais são os seus direitos e em que medida eles poder ser exercidos. a hipótese central é de que a população como um todo desconhece a legislação municipal e isso se mostra um obstáculo social e cultural ao acesso a cidadania e a democracia no plano local. Como resultado do projeto espera-se a publicação de uma coletânea com os principais textos, bem como sugestões de alteração para o poder executivo e legislativo local.

**Palavras-chave:** Pesquisa qualitativa, poder local, legislação

## **Abstract**

This paper discusses the application of qualitative research in studies in the field of law. Discusses the obstacles to law enforcement and research the legislation local in the city Camaçari applied the buinding the citizenship, democracy and empowerment the people.

**Palavras-chave:** qualitative research, legislation, citizenship

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente trabalho discute os métodos e procedimentos qualitativos utilizados na pesquisa intitulada *Acesso à Justiça e Poder Local: Um Estudo Crítico da Legislação Municipal de*  
Anais IV SIPEQ – ISBN – 978-85-98623-04-7

*Camaçari* realizada no período de agosto de 2009 a dezembro de 2010 na cidade de Camaçari, Bahia, apresentada ao CNPQ e ao programa de Iniciação Científica da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). A pesquisa vem sendo executada com o auxílio de dois estudantes bolsistas do curso de direito vinculados ao grupo de pesquisa Olhos D'água do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (DCHT) Campus XIX, Camaçari. O estudo está em sua fase final de execução com a análise dos dados levantados na pesquisa de campo realizada pelos estudantes na Câmara de Vereadores e no arquivo público do município, a hipótese central é de que a população como um todo desconhece a legislação municipal e isso se mostra um obstáculo social e cultural ao acesso a cidadania e a democracia no plano local. Espera-se ao final do trabalho a publicação de uma coletânea com os principais textos legais de interesse local e para a cidadania. Esse material uma vez produzido servirá de subsídio para os cursos de formação de educação jurídica popular, bem como será distribuído com bibliotecas e escolas públicas na perspectiva de que a (in) formação e educação é o começo do processo de acesso à justiça e ao direito.

Inicialmente, cumpre uma análise ainda que preliminar do objeto investigado e da abordagem qualitativa aplicada à pesquisa jurídica. Por acesso à Justiça vinha se entendendo até recentemente o acesso aos tribunais. Essa concepção embora dominante, já não satisfaz as demandas da população, torna-se ilusória a garantia de acesso ao Judiciário quando existem obstáculos econômicos, sociais e culturais que antecedem a possibilidade do cidadão ter acesso a uma ordem jurídica justa e ao próprio direito.

Nesse sentido, um dos obstáculos concreto é o desconhecimento do cidadão sobre a legislação em vigor, de quais são os seus direitos, em que medida eles estão protegidos e podem ser efetivamente exercidos. Quando essa dificuldade é levada a esfera municipal os problemas são maiores já que o acesso a esse ordenamento é ainda mais difícil, pois a legislação está dispersa em órgãos do poder local, ficando esse conhecimento fragmentado e restrito aos técnicos do executivo e legislativo municipal.

Por outro lado, o município é pouco estudado pelos especialistas que dedicam seu esforço apenas a legislação federal e, algumas vezes, estadual. A maioria dos estudos é superficial, pouco confiável e produzido por secretarias de governo do próprio município. Dessa forma, a pesquisa qualitativa em análise tem como objetivo realizar um estudo crítico e analítico da legislação municipal da cidade de Camaçari a partir de um mapeamento das leis que estão em vigor, principalmente, as normas de interesse para o exercício de direitos de cidadania, diagnosticando situações de conflito da legislação local com princípios consagrados em diplomas como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Federal de 1988.

Como um dos produtos da pesquisa está prevista à publicação de uma coletânea com os principais diplomas legais de interesse da cidadania levantados no estudo de campo, já que esse material não se encontra disponibilizado para a população. Nesse aspecto, estão sendo selecionados os principais textos de interesse do cidadão que serão reunidos em uma coletânea para publicação pela universidade em parceria com o legislativo municipal. A expectativa é que essa coletânea facilite o acesso à justiça de milhares de cidadãos e sirva de incentivo para que outros municípios realizem seus estudos e publicações. Será também criada uma versão eletrônica do material para difusão via portal na internet que será mantido e aperfeiçoado por um projeto do curso de direito realizado com a participação dos estudantes. A consulta ao site pela população poderá ainda, permitir análises complementares sobre a legislação de maior interesse para a população.

## **2. ENSINAR PELA PESQUISA**

Ensinar pela pesquisa e a produção continuada do conhecimento tem sido uma diretriz ADOTADA pelo curso de direito do DCHT/Campus XIX, Camaçari e pelo Grupo de Pesquisa e Extensão Olhos D'água. Essa diretriz segue o pensamento de estudiosos como Demo (2003) de que o docente universitário que não desenvolve suas próprias pesquisas acaba ensinando mal o conhecimento produzido por outros pesquisadores. Outro princípio adotado é o de que a produção do conhecimento é uma tarefa pública e coletiva, valorizando a interdisciplinaridade e a interação com a comunidade. Além disso, a pesquisa deve ter foco na solução e não no problema, deve estar voltada para o fortalecimento do Estado Democrático e de Direito e para produção de bens públicos que possam ser apropriados pela sociedade na forma de políticas públicas, boas práticas ou inovações no campo da gestão pública e privada.

A realização dessa proposta de trabalho já começa a dar frutos como, por exemplo, a aprovação de outros projetos como o PROLAB 2008 (infra-estrutura para laboratórios) e do PROLEN/2008 (infraestrutura laboratório de prática jurídica) e a apresentação de trabalhos em seminários internacionais e nacionais. Ao todo, em 2008 o grupo de pesquisa e o DCHT/Campus XIX tiveram mais de 10 (dez) projetos aprovados em agências nacionais e internacionais e 03 prêmios de relevância estadual e nacional o que demonstra a produção do grupo.

A ausência de pesquisas no campo jurídico nem precisa ser destacada. A crise econômica mundial que atingiu o estado da Bahia e a cidade de Camaçari serviu para revelar que tanto o município como a Região Metropolitana de Salvador (RMS) tem poucos estudos sobre seu desenvolvimento e aqueles que existem são pouco confiáveis, como afirmou o prefeito de Camaçari Luiz Caetano, no II Encontro dos Contabilistas de Camaçari realizado na Cidade do Saber no dia 24/04/2009. No encontro o prefeito desafiou as universidades públicas baianas a junto com o poder local pensar melhor essa Região Econômica. Esse desafio tem sido assumido pela UNEB na consolidação de pesquisa na Região Metropolitana da Cidade do Salvador.

## **3. ACESSO À JUSTIÇA E AO DIREITO**

A pesquisa investiga o problema nacional do acesso à justiça na cidade de Camaçari, dentro da premissa do “pensar global e agir local”. O Estado tem obrigação de garantir a prestação jurisdicional, ou seja, todo cidadão, independentemente de sua situação econômica, tem direito de defender seus interesses, sendo obrigação do Estado garantir-lhe o acesso à justiça e ao direito. Da mesma forma, a Constituição Federal de 1988 garante a todas as pessoas o direito a cidadania e a dignidade da pessoa humana, onde estão o direito de acesso à justiça e ao direito. Por força desses princípios constitucionais, é obrigação do Estado garantir o acesso ao Judiciário de quem tem seus interesses e direitos prejudicados, bem como garantir um processo legal e direito de defesa a quem é acusado pela prática de qualquer crime. O direito de acesso à justiça significa não só acesso aos órgãos judiciais existentes, mas a um processo judicial justo, provido por uma justiça imparcial. É um direito fundamental do cidadão e conquista da sociedade moderna, de importância basilar para a efetivação das liberdades e garantias individuais e coletivas.

#### 4. OBSTÁCULOS AO ACESSO À JUSTIÇA

As classes populares, especialmente no Brasil, país marcado por brutal desigualdade social, não têm livre acesso aos órgãos Poder Judiciário e a órgãos públicos de apoio a cidadania e estão distantes do acesso à justiça e de uma ordem jurídica justa. O Direito ao acesso à justiça não se restringe ao aspecto meramente técnico, uma vez que encontra obstáculos de natureza econômica, jurídico-política e sócio-cultural para se concretizar plenamente, senão vejamos:

**Obstáculos econômicos:** Os obstáculos econômicos se revelam na carência de recursos, por grande parte da população, para fazer frente aos gastos que implicam uma demanda judicial: custos processuais, honorários advocatícios, além de outros gastos eventuais, como perícia, produção de provas, etc.

**Obstáculos Jurídico-políticos:** A desigualdade econômico-material gera, no plano jurídico, desigualdade formal, colocando o mais pobre em situação de desvantagem dentro do processo, pois há, na ordem jurídica brasileira, uma enorme gama de recursos, formalidades excessivas, demora na tramitação dos processos, dentre outros empecilhos. Tal quadro exige uma assessoria jurídica de qualidade que nem sempre está à disposição das classes populares, face a deficiência dos órgãos de assistência judiciária. Deve-se dizer, ainda, que as “ondas renovatórias do Direito Processual” apontam para o surgimento de demandas de caráter coletivo, as quais requerem um tratamento também coletivo por parte do Direito. Tais processos, ao atingirem um grande número de pessoas, conseguem se desenvolver com economia e rapidez.

**Obstáculos sócio-culturais:** A desinformação e a falta de orientação adequada sobre os direitos dos cidadãos contribuem ainda mais para desigualdade material existente entre os litigantes, impedindo a democratização da justiça. Esses fatores se agravam com a crise do sistema educacional, a falta de compromisso social dos meios de comunicação, além da insuficiência de instituições oficiais incumbidas de esclarecer e orientar a população. É importante dizer que quanto mais pobre o cidadão mais difícil é o seu contato com o advogado; não só porque os advogados não fazem parte do seu círculo de relações, mas também pelo fato dos escritórios de advocacia se localizar nos bairros centrais, portanto distantes, muitas vezes, da periferia e dos bairros onde residem os menos favorecidos. Por fim, não se deve esquecer a influência decisiva do fator psicológico como elemento externo, impeditivo do acesso à justiça. Para a maioria dos operadores do direito, parece insignificante a afirmação de que “as pessoas de baixa renda temem, de certa forma, usar advogados, os membros do Ministério Público e da Magistratura”, pois estes estão confortavelmente habituados a tramitarem nos espaços de poder. Entretanto, para o povo em geral, há o medo e a desconfiança das instituições, bem como a “violência simbólica” presente até mesmo nos trajes e na linguagem desses operadores. Isso leva ao distanciamento da justiça e à “mistificação” do conhecimento jurídico.

Deste modo, o objetivo Geral do projeto consiste em mapear, documentar, organizar e analisar a legislação municipal de Camaçari tendo em vista a sua publicidade, transparência e Detecção de possíveis espaços na produção legislativa para ampliação de direitos ainda não positivados que visem a melhoria do acesso à Justiça, aos serviços sociais básicos e a participação política dos cidadãos na gestão pública local.

A tradição do pensamento jurídico ocidental é dominada pela prevalência do direito positivo em relação a outras formas de conhecer e justificar o direito. No Brasil, as correntes positivistas sempre colocaram a lei acima de todas as outras fontes do direito, num verdadeiro sono dogmático. Nesse sentido, o jurista italiano Norberto Bobbio revela que as sociedades

ocidentais utilizam a lei como única fonte de qualificação do direito, na medida em que fontes clássicas como a jurisprudência ou a doutrina só são consideradas fontes de qualificação do direito porque uma lei assim o determina. Nessa perspectiva, os regimes autoritários no Brasil pós golpe de 64 afastaram a população brasileira de suas leis e do próprio direito dificultando o acesso do cidadão(ã) a uma ordem jurídica justa e ao próprio direito.

De maneira geral, as leis foram sendo impostas aos cidadãos(ãs) de forma autoritária e sem qualquer referência ao processo histórico, a sua aplicabilidade ou mesmo aos setores que seriam beneficiados. Com isso, conquistas históricas foram perdidas, todo aparato dos judiciários passou a estar a disposição do projeto de desenvolvimento dos governos militares e a sociedade, impossibilitada de reivindicar seus direitos, voltou-se contra o Estado e a promessa do acesso à Justiça tornou-se uma promessa vazia para a maioria dos brasileiros (as).

Os cursos jurídicos, por sua vez, foram reformados ainda na década de 70 visando retirar dos futuros operadores do direito a capacidade crítica de interpretação da lei e de seus efeitos. A presença dos professores (as) em sala de aula foi esvaziada, em contrapartida aumentaram o papel do gestor na educação. Os operadores do direito e a própria sociedade passaram a aceitar a lei de forma dogmática, como uma verdade absoluta, tendo o Estado com origem e fonte exclusiva de produção do direito através da lei. Para o cidadão ficou cada vez mais a sensação de que a justiça não funciona. As consequências desse processo nem precisam ser lembradas já que o processo de exclusão social e marginalização da população brasileira, sobretudo, daqueles mais pobres, são conhecidos por todos. No Brasil o fosso que separa os ricos dos pobres cresceu junto com o número de pessoas em condição de miserabilidade.

A partir dos anos 80, principalmente, depois da promulgação da CF/1988, inaugura-se um novo período no país, agora de busca da democracia e do Estado de Direito, com fortalecimento do espaço público e da sociedade civil organizada. Nesse processo, questões como o acesso ao direito e à Justiça, direitos humanos, cidadania e democracia começaram a ser lembrados pelos especialistas que buscavam dar ao direito um novo status, agora de ferramenta para a transformação social. Não só os operadores, mas a sociedade e os movimentos sociais perceberam a importância do direito para efetivação da cidadania e da democracia em nosso país.

Passados 20 anos da promulgação da CF/88 ainda muita coisa precisa ser realizada tanto em relação ao estudo do direito como em relação ao campo de atuação da cidadania. O objetivo geral proposto neste projeto pretende contribuir no enfrentamento dessas questões. O objetivo geral acima mencionado está subdividido nos seguintes objetivos específicos:

1. Produzir uma coletânea com os principais textos legislativos municipais de interesse do cidadão e da cidadania para distribuição em prédios públicos como bibliotecas, associações, ONGS entre outros;
2. Fornecer para as instituições públicas, sejam da administração pública, judiciário ou legislativo um instrumento eficiente e sistematizado como fonte de consulta para agilizar suas atividades, evitando a discussão com projetos de leis já levadas a promulgação e observando a possível inexistência de outros instrumentos normativos que ainda inviabilizem a efetivação dos efeitos jurídicos pretendidos pela lei;
3. Analisar a legislação municipal de Camaçari tendo em vista a detecção de situações que revelem preconceito institucional que dificultem o acesso do cidadão a serviços sociais básicos;

4. Fortalecer a pesquisa no DCHT/Campus XIX, Camaçari capacitando professores e estudantes, bem como, colaborando no aperfeiçoamento de metodologias de pesquisa;
5. Contribuir no fortalecimento do desenvolvimento local, do Estado democrático e da cidadania no Estado da Bahia e no Brasil.

## **5. A PESQUISA JURÍDICA NO BRASIL E A IMPORTÂNCIA DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA PARA OS CURSOS DE DIREITO**

A pesquisa jurídica no Brasil ainda é uma questão nova para os cursos de direito já que os trabalhos existentes limitam-se aos pouquíssimos programas de pós ficando a graduação limitada a aulas expositivas e a algumas atividades de extensão voltadas para programas de assistência jurídica. Nesse sentido, o professor José Eduardo Faria, membro titular do Departamento de Filosofia da USP e membro do comitê assessor do CNPq para julgamento de projetos afirma, sem piedade, que os projetos apreciados no campo do direito são monocórdios e recorrentes e a cada sessão 90% são eliminados logo de início por falta de rigor científico - metodológico. Esse cenário tem levado o MEC, o INEP e a própria OAB a defender a importância da pesquisa jurídica com princípio científico educativo nos cursos de direito recomendando as IES a investir mais na produção do conhecimento em seus cursos.

Essa preocupação tem levado, todavia, depois da promulgação da CF/1988 e da reabertura política no Brasil, a que os cursos de direito, principalmente, das universidades públicas, busquem superar o viés excessivamente tecnicista implantado com as reformas educacionais promovidas pela ditadura nos anos 70, e passem a assumir um papel mais crítico e transformador em relação ao direito e as instituições jurídicas em nosso país. Nesse cenário de mudanças, as novas diretrizes curriculares para os cursos de direito instituídas pela Portaria MEC 1886/94 ressaltaram a importância da interdisciplinaridade e da pesquisa nos cursos de direito como meio de superar o formalismo jurídico e o bacharelismo juridicista herdado do direito português que atinge a todos os operadores do direito no Brasil.

Nessa caminhada, surgiram diversos grupos preocupados em tornar o direito mais próximo da realidade social e mais afeito a processos emancipatórios que tenham os movimentos populares e o cidadão como sujeitos do processo de transformação social. Em Brasília tivemos o grupo coordenado pelo professor Roberto Lyra Filho, fundador da corrente crítica do direito e autor do livro “O que é o direito”, clássico que influenciou gerações de juristas como José Geraldo de Souza Junior (hoje reitor da UNB), Alayde Santana (MEC) e Roberto Aguiar (Ex Reitor UNB). Por sua vez, esse grupo de pesquisadores criou na década de 80 a chamada teoria do *Direito Achado na Rua*, com uma clara preocupação em reconhecer os movimentos sociais como sujeitos coletivos do direito.

No Rio de Janeiro, os advogados do IAJUP (Instituto de Apoio Jurídico Popular) orientados pelo saudoso jurista Miguel Pressburguer criaram as bases da corrente do *Direito Insurgente*, que buscava uma subversão do ordenamento jurídico existente, a partir da mobilização de setores populares e organizados da sociedade. Já no Rio Grande do Sul, a corrente do *Direito Alternativo* conquistou adeptos nos quatro cantos da nação com a proposta de colocar a justiça a serviço dos “oprimidos” e os juizes e a magistratura no centro do processo de construção do

direito. Em Santa Catarina, Antonio Carlos Wolkmer (UFSC) e Luiz Alberto Warat (UNB) foram os pioneiros de estudos sobre movimentos sociais, direito e o pluralismo jurídico.

Nas Minas Gerais, Menelick de Carvalho (UFMG) e Miracy Gustim (UFMG) colaboram com as bases de um direito novo preocupado com as questões sociais e no aprofundamento do rigor metodológico como pode ser lido no livro *(Re)pensando a pesquisa jurídica*, publicado pela Editora Del Rey, em Belo Horizonte, em 2006. Em São Paulo, Dalmo de Abreu Dallari (USP), Flávia Piovesan (USP) entre outros contribuíram com a formulação de conceitos sobre a integração dos direitos humanos como norma constitucional no Brasil. Na Bahia, essa pesquisa vai estimular grupos organizados como a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais e o Serviço de Assessoria Jurídica da UFBA a criarem propostas de assessoria jurídica a organizações populares.

No plano internacional, o professor português Boaventura de Sousa Santos, vai ser um grande aliado e fomentador da pesquisa jurídica. Para Santos, no livro *“A crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência”*, a produção do conhecimento deve ser contextualizada e as investigações voltadas à procura de possibilidades emancipatórias dos grupos sociais e dos indivíduos e pelo conteúdo moral dessa emancipação.

Todos esses pensadores contribuíram para uma nova identidade da pesquisa jurídica no Brasil, buscando superar uma pesquisa tradicional fundada em dicotomias como Nacional x Internacional, Civil x Político, Federal x Local, Público x Privado, Utopia x pragmatismo, direito x político. Nesse aspecto, o conceito de ciência jurídica passou a ser reformulado a partir de quatro propostas interligadas e complementares: a) Todo conhecimento científico-natural é científico-social; b) O conhecimento como local e total (projetos locais dentro da globalidade); c) Todo conhecimento é auto-conhecimento; d) Todo conhecimento visa constituir-se em senso comum.

Por fim, a produção do saber está sempre condicionada por um conjunto de referências do sujeito inserido em um patrimônio comum a determinado grupo, pois o conhecimento só se realiza quando se transforma em senso comum, como ciência clara e transparente.

O objeto do Direito *“o fenômeno jurídico historicamente realizado,”* que se positiva no espaço e no tempo e realiza como experiência efetiva, passada ou atual, portanto, assim entendendo, não há Ciência Jurídica sem referência a um campo de experiência social. O paradigma da razão comunicacional, defendido por Santos parte do princípio que os seres humanos convivem na permanente tensão: individual e social. Ao mesmo tempo em que mantêm relações com as esferas locais, as fronteiras nacionais se expandem e passam a viver em um ambiente cosmopolita. A individualidade torna-se, portanto, local e global, afetando sobremaneira a individualidade, *“tendo em vista a perspectiva de um desabrochar dessa individualidade por meio da superação de suas necessidades, visando a um ser capaz de recriar sua própria autonomia”*.

O projeto do curso de direito em Camaçari sofre a influência e materializa-se a partir dessas experiências com um forte sentido ético e compromisso social com uma educação focada nos direitos humanos:

“A experiência que conquistou o primeiro lugar na categoria 3 do Prêmio relata as atividades realizadas pelo grupo de pesquisa ‘Direitos Humanos, Ética, Capital Social, Desenvolvimento e Cidadania’, do Campus XIX - Camaçari, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. O relato apresentado se preocupa em descrever o programa de pesquisa, extensão, formação em Educação em Direitos Humanos e desenvolvimento institucional realizado a partir desse grupo de pesquisa, mas que envolve um conjunto maior de discentes e docentes não apenas do curso de direito, mas do de ciências contábeis e do departamento de educação de outro campus da UNEB, que atuam no município vizinho de Simões Filho. As atividades são um excelente exemplo do que a categoria 3 procurava. O curso de direito no campus de Camaçari é novo, estava em seu 7º semestre no final de 2008 e, portanto, está em construção. A despeito disso, ou talvez justamente por isso, ele pode desde já ser um exemplo de como é possível fazer dos direitos humanos o eixo norteador do currículo de direito, e da Educação em Direitos Humanos um campo específico de ensino, pesquisa e extensão universitária. Na contramão de opiniões de senso comum, que viam a vocação do curso centrada no direito empresarial, por ser a região um importante pólo petroquímico e econômico no estado, optou-se por fazer dos direitos humanos a dimensão articuladora não só do currículo de direito, mas das atividades curriculares e de extensão do departamento. Partiu-se da percepção de que o crescimento econômico tem se distribuído desigualmente e aumentado os níveis de exploração e violação de direitos em regiões como Camaçari, gerando uma demanda por organização dos movimentos sociais e socialização dos conhecimentos sobre os direitos humanos (Revista do Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos, nº 1, janeiro, 2009).

## **6. A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E O ACESSO À JUSTIÇA**

Dessa forma, para Santos no livro “Para uma Revolução Democrática da Justiça” as faculdades de direito no Brasil devem voltar suas análises para o crescimento do protagonismo social e político do sistema judicial no Brasil e do primado do direito. Devemos nos preocupar com isso porque hoje em dia estamos tão centrados na idéia do direito e do sistema judicial como fatores decisivos da vida coletiva democrática, do desenvolvimento e uma política forte e densa de acesso ao direito e à justiça, enfim, na idéia de levar a sério o direito e os direitos. Segundo Santos, uma das explicações para este processo é o fato de que na construção dos Estados na América Latina a sociedade ocupou-se mais do crescimento do executivo e da sua burocracia, procurando converter o judiciário e o sistema jurídico como um todo em uma parte do aparato burocrático do Estado, uma organização para o poder político controlar. Na maior parte do século XX nos países latino americanos, o judiciário não figurou como tema importante em matéria de reforma, cabendo ao juiz a figura inanimada de aplicador da letra da lei, emprestada do modelo europeu. De fato o sistema jurídico no Brasil era uma instituição sem poderes incapaz de barrar o crescimento do Estado e seus mecanismos reguladores. Nos anos de 1950 e 1960 a política da substituição das importações impediam que os tribunais emperassem as estratégias de desenvolvimento. Na verdade, para as elites qualquer interferência na legislação deveria ser inibida para não prejudicar os novos modos de produção.

Um ponto importante há que se ressaltar: no processo político que mergulhou o Brasil em um regime

Anais IV SIPEQ – ISBN – 978-85-98623-04-7 8



de exceção por mais de 20 anos, atrofiou todas as instâncias de participação política e cidadã possível, o que trouxe um prejuízo grande. O atraso social que ocorreu neste período em decorrência do modelo de desenvolvimento pensado para o Brasil do “Ame-o ou deixe-o” contribuiu sobremaneira para um desestímulo total da discussão e debate sobre as perspectivas de mudança, de alteração do quadro social. Este quadro atingiu, como não poderia deixar de ser os municípios com a perda na prática de sua autonomia apesar da sua manutenção formal no plano constitucional. A relação deste novo município, castrado em seu poder de organizar e deliberar sobre a vida do seu cidadão, esperando a tudo da União, teve um reflexo grande sobre a produção legislativa nas câmaras municipais que se descuidou quanto a seu papel de instituição mais próxima do cidadão. Em clara e direta vinculação com o enfraquecimento dos direitos do cidadão em âmbito municipal e observando o peso dado a legislação federal pelos cursos jurídicos no país, a legislação municipal vem sendo deixada ao largo do estudo e crítica quanto sua produção e implementação – esta última, mais abandonada ainda. São estas as questões postas para reflexão e o debate nesse projeto com o envolvimento de todos os estudantes do curso, comunidade e poder local.

A metodologia da pesquisa é um dos grandes desafios desse projeto. Isso ocorre porque o projeto, como já foi dito, pretende partir de um repensar da pesquisa jurídica, visando superar a pesquisa jurídica tradicional, produzida de forma individual com o único objetivo de ornamentar estantes de bibliotecas jurídicas, por uma pesquisa focada na construção de propostas inovadoras que possam ser colocadas em prática pela sociedade. Por outro lado, o que parecia ser simples, ou seja, encontrar um referencial metodológico que respaldasse o levantamento da produção legislativa pretendido, revelou a ausência de propostas metodológicas nesse campo. Os poucos estudos existentes, são elaborados por secretarias municipais preocupadas em documentar a legislação nas áreas do Estatuto da Cidade, PDDU e meio ambiente, coincidentemente, áreas de recente mudança legislativa. Diante dessa dura realidade, o único caminho possível para realização do projeto é a construção da própria metodologia de pesquisa a partir da reunião de técnicas e métodos de pesquisa já empregados.

## **7. A ABORDAGEM BASEADA EM DIREITOS OU RIGHTS-BASED APPROACHES (RBA) E OS DIREITOS HUMANOS (HUMAN RIGHTS-BASED APPROACHES)**

Em sua metodologia de trabalho o grupo de pesquisa parte de uma concepção conhecida como abordagem baseada em direitos ou *rights-based approaches* (RBA). Essas abordagens partem do princípio de que a sociedade, em especial, os movimentos sociais e as populações vulneráveis (sujeitos coletivos do direito) em sua luta cotidiana buscam serviços básicos e essenciais que em última análise são direitos humanos e as dificuldades em atender essas necessidades básicas se dão em virtude de violações a direitos humanos. A abordagem baseada em direitos (RBA) está fundamentada na estrutura normativa dos direitos humanos e em intervenções diretas visando desenvolver a capacidade dos detentores de direitos de reivindicar seus direitos e a habilidade dos encarregados (agentes públicos) em cumprir suas obrigações. Em outras palavras, a abordagem baseada em direitos pretende contribuir para que a população de forma cívica e cidadã passe a reivindicar seus direitos previstos na legislação nacional e internacional e a participar do espaço público local.

Com o uso das abordagens baseadas em direitos ou RBA, o grupo de pesquisa e extensão emprega uma variedade de métodos – incluindo a análise política, a advocacia e o desenvolvimento da capacidade tanto de detentores de direitos como dos encarregados – a fim

de ajudar a facilitar o processo de promover o poder das pessoas e das comunidades pobres e marginalizadas (*empowerment*). A abordagem baseada em direitos é fundamentada na Declaração Internacional de Direitos, na Declaração Universal de Direitos Humanos da ONU e em outros instrumentos internacionalmente aceitos, que fornecem padrões reconhecidos globalmente do que significa viver com dignidade. Em última instância, as abordagens baseadas em direitos visam criar as condições pelas quais as pessoas possam viver com dignidade e em paz, e desenvolver todo o seu potencial.

Diante deste panorama, a orientação teórica assumida pela pesquisa nos levou a optar por uma pesquisa de natureza qualitativa. O tipo de pesquisa proposta, de fato, não comporta senão esta opção, na medida em que se busca uma compreensão mais extensiva e com mais objetividade e validade conceitual do que propriamente estatística. Interessa ainda as perspectivas que apontem para um projeto educativo identificado com a história de luta dos setores populares, feita de necessidades, mas também de sonhos e utopias. Um aspecto que merece destaque é o de que a opção pela abordagem qualitativa não decorre de uma oposição simplista às abordagens quantitativas, afinal ninguém desconhece as profundas conexões entre estes dois termos e que um elemento da equação não existe sem o outro. Logo, o uso de uma ou outra técnica não é nenhuma garantia, *a priori*, do rigor de um determinado trabalho científico.

Sabendo-se, então, que esta opção implica muito mais do que discordância semântica, existente entre aqueles que denominam suas investigações de qualitativas ou quantitativas, entendeu-se que, num primeiro momento, dever-se-ia explicitar as inspirações que funcionaram como determinação conceitual. Para superar as armadilhas da “qualidade positiva”, é pertinente lembrar as advertências de Goldman (GOLDMAN, 1993,p.11) de que um dos principais problemas das ciências sociais, incluindo aí a antropologia, é que elas “*deixam escapar as transformações qualitativas das estruturas sociais e a dimensão histórica dos fatos humanos*”. Esta secundarização de questões mais gerais, comum em certos usos da pesquisa qualitativa, é melhor explicitada por Bronner: “*Ao se enfatizar ideologias que iluminam uma experiência ou lógica particular de um dado grupo oprimido, uma dinâmica da fragmentação acaba se desencadeando e fica-se incapaz de elaborar uma visão que unifique os diferentes, mas interligados momentos do social, do econômico, do político e do ideológico*”. (BRONNER, apud GOLDMAN, 1993,p. 161). Nesse sentido, a metodologia tenta descrever alguns elementos do contexto, de sorte a permitir a possibilidade do estabelecimento de interligações entre o pensamento e a realidade que estariam na base da elaboração intelectual expressa pelos sujeitos investigados.

A demarcação genérica dos caminhos seguidos seguramente quer exprimir certos juízos de valor e, de fato, eles estão presentes em qualquer investigação das ciências humanas. Comparando a manifestação de juízos de valor à ideologia, Goldman diz que esta precisa ficar subordinada à realidade dos fatos investigados, e que não se trata de “*suprimir toda pré-noção e todo juízo de valor, mas, ao contrário, integrá-los conscientemente na ciência e fazer deles instrumentos úteis na investigação da verdade objetiva* (GOLDMAN, 1990, p.34)”. É o mesmo Goldman (idem, p.38) que salienta a importância da captação, pela pesquisa, daqueles elementos de inovação e de transformação presentes nas concepções e práticas humanas, mas, neste caso, reforçando a combinação destes elementos com a história e a análise de conjunto.

## BIBLIOGRAFIA

- BITTAR, Eduardo C. Estudo Sobre Ensino Jurídico: Pesquisa, Metodologia, Diálogo e Cidadania. 2ª Edição, Atlas, 2006.
- BOBBIO, Norberto. O Positivismo Jurídico. Cone Editora, 2006.
- \_\_\_\_\_. Teoria do Ordenamento Jurídico. 10ª ed. Brasília. UNB. 1999.;
- DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. Editora Autores Associados, 6ª Edição, 2003.
- \_\_\_\_\_. Metodologia para quem quer aprender. Editora Atlas, 2008.
- \_\_\_\_\_. Educação Hoje Novas Tecnologias, pressões e Oportunidades. Editora Atlas, 2009.
- \_\_\_\_\_. Desafios modernos da educação. Petrópolis:Vozes, 2002.
- \_\_\_\_\_. Lugar da extensão. In: Santos (org). Construção conceitual da extensão universitária na América Latina. Brasília:UNB, 2001.
- \_\_\_\_\_. Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas. Tempo brasileiro, Rio de Janeiro, 2000.
- \_\_\_\_\_. Pesquisa e informação qualitativa. Campinas:Papirus, 2001.
- \_\_\_\_\_. Pesquisa: princípios científicos e educativos. São Paulo:Cortez,2000.
- \_\_\_\_\_. Política social do conhecimento: sobre futuros do combate à pobreza. Petrópolis: Vozes,2000.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma Revolução Democrática da Justiça. Cortez, 2008.
- \_\_\_\_\_. A universidade no Século XXI: para uma reforma democrática da universidade. Cortez, São Paulo, 2003.
- \_\_\_\_\_. A globalização e as ciências sociais. São Paulo:Cortez, 2002 (c).
- \_\_\_\_\_. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 (b).
- \_\_\_\_\_. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1999.

---

José Cláudio Rocha (UNEB) – Email: [josecrocha@terra.com.br](mailto:josecrocha@terra.com.br) e [jrocha@uneb.br](mailto:jrocha@uneb.br)  
Denise Abigail Britto Freitas Rocha – Email: [denisefreitas@terra.com.br](mailto:denisefreitas@terra.com.br)